

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
NOTA INTRODUTÓRIA	11
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS	17
PLANO GERAL	21
CAPÍTULO I: O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO FISCAL	23
§1. A relação entre Direito Fiscal e Direito Constitucional	25
§2. A vinculação a um conceito de Constituição Fiscal Material	35
§3. A Constituição Fiscal e o relevo normativo dos argumentos creditícios no moderno Direito Fiscal	39
CAPÍTULO II: TAXONOMIA TRIBUTÁRIA	43
Secção I: Categorias de tributo e pressupostos taxonómicos	45
§1. Do conceito constitucional de tributo à atual visão tripartida	45
§2. Taxonomia oficial	50

§2.1 Imposto	51
§2.2 Taxa	59
§2.3 As contribuições financeiras	65
§2.3.1 Elemento qualitativo: uma prestação de caráter grupal e presumido	80
§2.3.2 Elemento quantitativo: a tipologia de grupos homogêneos	84
§3. Taxonomia não-oficial ou remissiva	87
§3.1 As tarifas	87
§3.2 As contribuições especiais e a sua progressiva autonomia	89
§3.2.1 A necessária distinção entre contribuições especiais e contribuições financeiras nos planos legal e constitucional	92
§3.2.2 As duas espécies simétricas de contribuições especiais: contribuições por maiores despesas e contribuições de melhoria	97
§3.2.3 A dimensão interpretativa do artigo 4.º n.º 3 da LGT	99
Secção II: As qualificações jurídico-tributárias no Direito Fiscal Constitucional Português	105
§1. O valor das qualificações jurídico-tributárias atribuídas pelo legislador: alguns casos de estudo	105
§2. A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético como <i>contribuição especial de terceira geração</i>	107
§3. O Adicional ao IMI como <i>imposto especial sobre o património</i>	127

§4. A Contribuição Extraordinária sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde como <i>imposto especial sobre vendas</i>	135
CAPÍTULO III: SISTEMA FISCAL E PRINCÍPIOS MATERIAIS ESTRUTURANTES	143
Secção I: Sistema Fiscal e Constituição Fiscal Material	145
§1. A ideia de sistema fiscal	145
§2. A Constituição Fiscal Material e algumas das suas diferentes projeções	149
Secção II: A Constituição Fiscal Material como sistema de princípios	153
§1. A tributação do rendimento (I): dos alicerces de um conceito de rendimento fiscal	153
§2. A tributação do rendimento (II): a conceção de rendimento-acréscimo e a sua natureza pré-constitucional ..	158
§3. A tributação do rendimento (III): o princípio da capacidade contributiva em geral	163
§4. A tributação do rendimento (IV): as características constitucionais do imposto sobre o rendimento pessoal	169
§4.1 A unicidade	170
§4.2 A progressividade	174
§5. A tributação do rendimento (V): o princípio da tributação das empresas pelo lucro real e os seus caracteres	177
§5.1 O lucro real na história constitucional portuguesa	178

§5.2 A “ <i>reação constituinte</i> ” protagonizada pela inscrição constitucional	187
§5.3 Os pressupostos de uma proposta de interpretação atualista	189
§6. A tributação do rendimento (VI): o princípio do rendimento líquido e a respetiva autonomização face à tributação pelo lucro real	197
§6.1 Rendimento líquido objetivo	208
§6.1.1 O rendimento líquido objetivo no artigo 23.º n.º 1 do CIRC	212
§6.1.2 A necessidade de um “ <i>business purpose</i> ” de perfil objetivo no contexto de um sistema fiscal de <i>civil law</i>	214
§6.2 Um ou dois regimes de não-dedutibilidade de gastos em sede de IRC (?)	220
§6.3 Rendimento líquido subjetivo e IRS: deduções à coleta e mínimo de existência	223
§7. A tributação do património	230
§7.1 A viragem económica da tributação do património, em especial a do IMI	230
§7.2 A natureza condominial do IMI	234
§7.3 Ainda o princípio do rendimento líquido e a relação com o AIMI	238
§8. A tributação do consumo – breve referência	242
Secção III: A equivalência como parte da Constituição Fiscal Material	245
§1. O princípio da equivalência	245

§2. Uma preferência constitucional pela equivalência de custo e o carácter supletivo da equivalência de benefício	246
§3. A equivalência de grupo nas contribuições financeiras	248
§4. Ainda o problema da equivalência económica nas taxas e contribuições financeiras	254
§4.1 A proposta de Carlos Baptista Lobo e a sua repercussão no plano constitucional	256
§4.2 A equivalência económica na jurisprudência do TC	258
Secção IV: O princípio da não-retroatividade e questões conexas na jurisprudência do TC	271
§1. O princípio da não-retroatividade da lei fiscal e a sua projeção no Direito Fiscal Constitucional	271
§1.1 O período anterior à Revisão Constitucional de 1997	273
§1.2 O período posterior à Revisão Constitucional de 1997	275
§1.2.1 A distinção entre retroatividade forte e retroatividade fraca	278
§1.2.1.1 O entendimento da doutrina fiscal	278
§1.2.1.2 A jurisprudência do TC	281
§1.2.2 A distinção atual face à aplicação do princípio da proteção da confiança e os testes normativos enunciados pelo TC	284
§2. O caso particular das leis interpretativas e a sua admissibilidade na jurisprudência do TC	289

CAPÍTULO IV: O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE FISCAL E AS SUAS EXPRESSÕES POR CATEGORIA DE TRIBUTO ..	295
§1. A reserva de lei aplicável aos impostos e respetivos elementos essenciais	297
§2. A reserva de lei aplicável a taxas	302
§3. A reserva de lei aplicável às contribuições financeiras – do percurso histórico à evolução da tese interpretativa do TC	306
§3.1 A tese da inconstitucionalidade por omissão e sujeição à reserva de lei	309
§3.2 A tese da sanção operacional de Cardoso da Costa	318
§3.3 A tese corretiva formulada pelo TC nos Acórdãos n.ºs 365/08, 613/08, 152/2013 e 80/2014	320
§3.4 A tese confirmada no Acórdão n.º 539/2015 do TC e os futuros desenvolvimentos ao nível do regime constitucional das contribuições financeiras	326
JURISPRUDÊNCIA	337
BIBLIOGRAFIA	345